



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE**  
**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**  
**DIVISÃO DE CONTROLE INTERNO**

**PARECER DO CONTROLE INTERNO**  
**PRESTAÇÃO DE CONTAS 2015**

- **REF.:** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
- **PERÍODO:** 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2015.
- **GESTOR:** Dr. José Rony Silva Almeida.

**Aracaju, 07 de abril de 2016.**

Em atendimento ao art. 2º, parágrafo único, inciso II, da Resolução nº 206/01 do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, que dispõe sobre a realização de auditoria nas contas dos responsáveis pelo seu controle, apresenta-se o parecer técnico conclusivo desta Divisão de Controle Interno sobre a Prestação de Contas Anual do Ministério Público de Sergipe, referente ao exercício de 2015.

Compõem a Prestação de Contas Anual as demonstrações pertinentes à execução orçamentária, financeira, operacional e patrimonial, elaboradas em conformidade com a Lei nº 4.320/64, pelas demonstrações exigidas pela NBCT 16. 6 – Demonstrações Contábeis e pela Lei Complementar nº 101/2000, as quais são:

- a. Balanço Orçamentário;
- b. Balanço Financeiro;
- c. Balanço Patrimonial;
- d. Demonstração das Variações Patrimoniais;
- e. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

Tais demonstrações, contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram atualizadas com base na Portaria STN nº 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

Ademais, foram acostados ao processo de prestação de contas os seguintes documentos:

- Declaração da Diretoria de Recursos Humanos (bens e rendas: ano-calendário 2014, exercício 2015);
- Recibo de entrega de declaração de ajuste anual (ano-calendário 2014, exercício 2015);
- Lei Orçamentária Anual;
- Relação de créditos adicionais abertos;
- Relação de contratos, acordos, convênios e ajustes do exercício;
- Relação de Suprimento de Fundos concedidos;
- Relação dos auxílios e subvenções concedidos;
- Demonstrativo da Execução Orçamentária Anual;
- Relação dos créditos adicionais abertos;
- Execução Orçamentária consolidada- Crédito Executado;
- Execução Orçamentária consolidada- Dotação Autorizada;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE**  
**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**  
**DIVISÃO DE CONTROLE INTERNO**

- Relação de Prestações de Contas de Contratos, Acordos, Convênios e Ajustes recebidos no exercício;
- Relação dos Apostilamentos;
- Balanço Patrimonial e anexos;
- Demonstrativo das Variações Patrimoniais;
- Demonstrativo Contábil do crédito executado;
- Balanço Financeiro;
- Demonstrativo da dívida flutuante;
- Demonstrativo da conta- “Restos a pagar processados”;
- Demonstrativo de Fluxo de Caixa;
- Balanço Orçamentário;
- Demonstrativo dos Saldos Bancários e Extrato da Conta Única;
- Demonstrativo dos bens alienados do exercício;
- Demonstrativo dos bens adquiridos no exercício;
- Relação do Inventário de bens móveis do Ministério Público de Sergipe;
- Relação das Licitações- ano 2015;
- Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2015;
- Inventário do Almojarifado;
- Portaria nomeando Comissão para elaboração de prestação de contas;
- Termo de conferência, inventário e relatório de estoque de almoxarifado.

## **1- DO ORÇAMENTO:**

• O Orçamento do Ministério Público de Sergipe para o ano de 2015, dado pela Lei 7.953, de 30 de dezembro de 2014, com dotação inicial de R\$ 162.273.150,00 (cento e sessenta e dois milhões, duzentos e setenta e três mil, cento e cinquenta reais), foi elaborado em consonância com a Constituição do Estado de Sergipe, com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Planejamento estratégico da Instituição.

• A despesa total foi estimada por unidade orçamentária, fonte de recursos, categoria econômica e grupo de despesa, sendo classificada como correntes e de capital, na forma abaixo disposta:

MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE	Fonte 0101 <sup>1</sup>	Fonte 0270 <sup>2</sup>	TOTAL
<b>Despesas CorrentesTOTAL</b>	<b>R\$ 159.098.830,00</b>	<b>R\$ 42.800,00</b>	<b>R\$ 159.141.630,00</b>
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	R\$ 131.629.400,00	-	R\$ 131.629.400,00
<i>Outras despesas correntes</i>	R\$ 27.469.430,00	R\$ 42.800,00	R\$ 27.512.230,00
<b>Despesa de Capital</b>	<b>R\$ 3.121.520,00</b>	<b>R\$ 10.000,00</b>	<b>R\$ 3.131.520,00</b>
<i>Investimentos</i>	R\$ 3.121.520,00	R\$ 10.000,00	R\$ 3.131.520,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 162.220.350,00</b>	<b>R\$ 52.800,00</b>	<b>R\$ 162.273.150,00</b>

1 Recursos do Tesouro- Ordinários.

2 Recursos diretamente arrecadados.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE**  
**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**  
**DIVISÃO DE CONTROLE INTERNO**

- A Lei Orçamentária anual de 2015, nos seus capítulos IV e V, contém dispositivos autorizando abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, respectivamente, ainda que por antecipação de receita, obedecendo assim o que dispõe a Constituição Estadual, no seu art. 150, §8º;
- Foi constatado que o orçamento do MPSE, entre os dias 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2015, sofreu alterações a título de créditos adicionais, conforme tabela abaixo disposta:

<b>DESPESAS</b>	<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>	<b>SUPLEMENTAÇÕES</b>	<b>ANULAÇÕES</b>	<b>DOTAÇÃO ATUALIZADA</b>
<b>Corrente</b>	R\$ 159.141.630,00	R\$ 18.094.981,12	R\$ 1.420.472,90	R\$ 175.816.138,22
<b>Capital</b>	R\$ 3.131.520,00	-	R\$ 3.009.083,78	R\$ 122.436,22
<b>Total</b>	<b>R\$ 162.273.150,00</b>	<b>R\$ 18.094.981,12</b>	<b>R\$ 4.429.556,68</b>	<b>R\$ 175.938.574,44</b>

- Através da análise das publicações no Diário Oficial do Estado de Sergipe identificamos que os créditos adicionais do período são provenientes de anulação de dotação do próprio órgão, no valor de R\$ 4.429.556,58 (quatro milhões, quatrocentos e vinte e nove mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e oito centavos), e de outras unidades orçamentárias<sup>3</sup>, das quais foram remanejados R\$ 13.665.424,44 (treze milhões, seiscentos e sessenta e cinco mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e quarenta e quatro centavos);
- Considerando os créditos adicionais do período, a dotação inicial do MPSE, que foi de R\$ 162.273.150,00 (cento e sessenta e dois milhões, duzentos e setenta e três mil, cento e cinquenta reais) teve sua previsão atualizada para R\$ 175.938.574,44 (cento e setenta e cinco milhões, novecentos e trinta e oito mil, quinhentos e setenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos).

### **1.1- Dos Ingressos de Recursos:**

- Receita Orçamentária:

A Receita Orçamentária do ano de 2015 segue a seguinte classificação:

- a) "Receita Vinculada", assim considerada aquela com destinação disposta pela Lei Complementar nº 150/2007, que dispõe sobre a criação do Fundo Penitenciário do Estado de Sergipe- FUPEN, no valor de R\$ 62.097,58 (sessenta e dois mil, noventa e sete reais e cinquenta e oito centavos); e
- b) "Receita Ordinária", sendo aquelas as quais podem ser destinadas para quaisquer finalidades, totalizando, no período, o valor de R\$ 639,29 (seiscentos e trinta e nove reais e vinte e nove centavos).

- Transferências financeiras recebidas:

Correspondem aos repasses financeiros da Secretaria do Estado da Fazenda, sendo arrecadados, no

<sup>3</sup> Outras Unidades: *Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social e Secretaria do Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão.*



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE**  
**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**  
**DIVISÃO DE CONTROLE INTERNO**

período em análise, R\$ 162.361.199,06 (cento e sessenta e dois milhões, trezentos e sessenta e um mil, cento e noventa e nove reais e seis centavos).

- Recebimentos extraorçamentários:

Nesta classificação identificamos a inscrição de "Restos a pagar processados" no valor de R\$ 5.644.482,35 (cinco milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e trinta e cinco centavos) e os recebimentos extraorçamentários relativos às Consignações em folha de pagamento no valor de R\$ 39.362.458,72 (trinta e nove milhões, trezentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e setenta e dois centavos).

### 1.2- Da Receita Realizada:

A receita realizada do período perfaz a quantia de R\$ 162.423.935,93 (cento e sessenta e dois milhões, quatrocentos e vinte e três mil, novecentos e trinta e cinco reais e noventa e três centavos), sendo assim distribuídas quanto à sua origem:

<b>Receita</b>	<b>Valor</b>
Remuneração de Bancos e Ap. Financeira	R\$ 15.614,27
Repasses recebidos	R\$ 162.361.199,06
Repasso recebido da SEJUC e devoluções	R\$ 47.122,60
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 162.423.935,93</b>

### 1.3- Dos Dispêndios:

- Despesa Orçamentária:

Classificadas como “Correntes” e “de Capital”, as despesas empenhadas foram totalmente liquidadas, e somam R\$ 171.652.646,24 (cento e setenta e um milhões, seiscentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e quarenta e seis reais e vinte e quatro centavos), sendo que, deste valor, foram pagos R\$ 166.008.163,89 (cento e sessenta e seis milhões, oito mil, cento e sessenta e três reais e oitenta e nove centavos), restando, portanto, um saldo a pagar de R\$ 5.644.482,35 (cinco milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e trinta e cinco centavos), conforme detalhamento do quadro a seguir:

<b>DESPESA</b>	<b>EMPENHADA</b>	<b>LIQUIDADA</b>	<b>PAGA</b>	<b>LIQUIDADA A PAGAR</b>
<b>CORRENTES</b>	<b><u>R\$ 171.537.867,33</u></b>	<b><u>R\$ 171.537.867,33</u></b>	<b><u>R\$ 165.893.384,98</u></b>	<b><u>R\$ 5.644.482,35</u></b>
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 141.710.224,27	R\$ 141.710.224,27	R\$ 138.803.847,91	R\$ 2.906.376,36
Outras Despesas Correntes	R\$ 29.827.643,06	R\$ 29.827.643,06	R\$ 27.089.537,07	R\$ 2.738.105,99
<b>CAPITAL</b>	<b><u>R\$ 114.778,91</u></b>	<b><u>R\$ 114.778,91</u></b>	<b><u>R\$ 114.778,91</u></b>	-



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
DIVISÃO DE CONTROLE INTERNO

DESPESA	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	LIQUIDADADA A PAGAR
Investimentos	R\$ 114.778,91	R\$ 114.778,91	R\$ 114.778,91	-
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 171.652.646,24</b>	<b>R\$ 171.652.646,24</b>	<b>R\$ 166.008.163,89</b>	<b>R\$ 5.644.482,35<sup>4</sup></b>

• Despesa com Pessoal:

A Despesa de Pessoal paga no exercício foi de **R\$ 141.710.224,27 (cento e quarenta e um milhões, setecentos e dez mil, duzentos e vinte e quatro reais e vinte e sete centavos)**, sendo que, para cada exercício, faz-se necessária a observância aos artigos 18 a 23 da Lei Complementar 101/2000, que trata do controle dessa despesa.

De acordo com o Relatório de Gestão Fiscal do MPSE, o valor da despesa líquida de pessoal foi de **R\$ 122.778.104,39 (cento e vinte e dois milhões, setecentos e setenta e oito mil, cento e quatro reais e trinta e nove centavos)**, o que equivale a 1,93% da Receita Corrente Líquida- RCL, estando, portanto, acima do limite prudencial estabelecido pelo parágrafo único do art. 22 da citada lei.

• Despesa Extraorçamentária:

As despesas extraorçamentárias do exercício equivalem às consignações em folha, retenções, tributos e ao pagamento de restos a pagar processados, totalizando R\$ 35.672.819,00 (trinta e cinco milhões, seiscentos e setenta e dois mil, oitocentos e dezenove reais).

## 2- DOS BALANÇOS ANUAIS:

### 2.1- Balanço Orçamentário:

O Balanço Orçamentário do MPSE segue o disposto no art. 102 da Lei 4.320/64, o qual demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas, a saber:

Receita	Previsão inicial (a)	Previsão atualizada (b)	Realizada (c)	Diferença (b-c)
Corrente	R\$ 52.800,00	R\$ 52.800,00	R\$ 62.736,87	<b>R\$ 9.936,87</b>
Capital	R\$ 162.220.350,00	R\$ 175.885.774,44	R\$ 162.361.199,06	<b>-R\$ 13.524.575,38</b>
<b>Total</b>	<b>R\$ 162.273.150,00</b>	<b>R\$ 175.938.574,44</b>	<b>R\$ 162.423.935,93</b>	<b>-R\$ 13.514.638,51</b>

Despesa	Fixada inicial (a)	Fixada Atualizada (b)	Realizada (c)	Diferença (b-c)
Corrente	R\$ 159.141.630,00	R\$ 175.816.138,22	R\$ 171.537.867,33	R\$ 4.278.270,89
Capital	R\$ 3.131.520,00	R\$ 122.436,22	R\$ 114.778,91	R\$ 7.657,31
<b>Total</b>	<b>R\$ 162.273.150,00</b>	<b>R\$ 175.938.574,44</b>	<b>R\$ 171.652.646,24</b>	<b>R\$ 4.285.928,20</b>

4 Valor inscrito em "Restos a pagar processados", em 31/12/2015.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE**  
**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**  
**DIVISÃO DE CONTROLE INTERNO**

Dos dados constantes na demonstração em análise, depreende-se:

- Na confrontação entre receitas realizadas e previsão atualizada foi constatada insuficiência de arrecadação<sup>5</sup> no valor de R\$ 13.514.638,51 (treze milhões, quinhentos e quatorze mil, seiscentos e trinta e oito reais e cinquenta e um centavos);
- No que se refere às despesas, houve uma economia<sup>6</sup> na sua execução, de R\$ 4.285.928,20 (quatro milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, novecentos e vinte e oito reais e vinte centavos), pois parte da dotação inicial atualizada não foi utilizada;
- Um orçamento inicial com déficit<sup>7</sup> de R\$ 13.665.424,44 (treze milhões, seiscentos e sessenta e cinco mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e quarenta e quatro centavos);
- Foi identificado um déficit orçamentário<sup>8</sup> de R\$ 9.228.710,31 (nove milhões, duzentos e vinte e oito mil, setecentos e dez reais e trinta e um centavos).

## **2.2- Balanço Financeiro:**

- A elaboração da demonstração em referência, relacionada ao MPSE, segue a disposição do art. 103 da Lei 4.320/64:

*"Art. 103. O Balanço Financeiro demonstrará a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte."*

- Constatou-se, através da análise da demonstração, que o exercício financeiro de 2015 iniciou com uma disponibilidade de caixa de R\$ 148.902,46 (cento e quarenta e oito mil, novecentos e dois reais e quarenta e seis centavos), sendo que, no decorrer do ano, a receita realizada foi de R\$ 162.423.935,93 (cento e sessenta e dois milhões, quatrocentos e vinte e três mil, novecentos e trinta e cinco reais e noventa e três centavos).
- A despesa orçamentária realizada foi de R\$ 171.652.646,24 (cento e setenta e um milhões, seiscentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e quarenta e seis reais e vinte e quatro centavos), sendo que desse valor foram pagos R\$ 166.008.163,89 (cento e sessenta e seis milhões, oito mil, cento e sessenta e três reais e oitenta e nove centavos) e 5.644.482,35 (cinco milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e trinta e cinco centavos) foram inscritos em restos a pagar processados.
- A partir dos valores informados na demonstração em destaque, foi obtido um saldo financeiro atualizado, em 31 de dezembro de 2015, de R\$ 254.314,22 (duzentos e cinquenta e quatro mil, trezentos e quatorze reais e vinte e dois centavos), na forma abaixo disposta:

5 Receita realizada < Previsão atualizada= Insuficiência de arrecadação.

6 Dotação atualizada > Despesas empenhadas = Economia na execução da despesa.

7 Previsão inicial < Dotação inicial= Orçamento inicial deficitário.

8 Receita Realizada < Despesa Empenhada = Déficit orçamentário.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE**  
**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**  
**DIVISÃO DE CONTROLE INTERNO**

(+) Receita Orçamentária	R\$ 62.736,87
(+) Transferências financeiras recebidas	R\$ 162.361.199,06
(+) Receita Extra-Orçamentária	R\$ 45.006.941,07
(+) Saldo Financeiro Exercício Anterior	R\$ 148.902,46
(-) Despesa Orçamentária	R\$ 171.652.646,24
(-) Despesa Extra Orçamentária	R\$ 35.672.819,00
<b>Saldo Financeiro em 31/12/2015</b>	<b>R\$ 254.314,22</b>

### **2.3- Balanço Patrimonial:**

- A elaboração do Balanço Patrimonial seguiu a Lei 4.320/64 e a IPC<sup>9</sup> 04, editada pela Secretaria do Tercuro Nacional, que contém metodologia para elaboração da referida demonstração, tendo por base as contas contábeis do modelo de Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), aplicável à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios;
- Os valores ali representados, no Ativo, totalizam R\$ 122.437.946,56 (cento e vinte e dois milhões, quatrocentos e trinta e sete mil, novecentos e quarenta e seis reais e cinquenta e seis centavos), sendo seu circulante representado pelo numerário em caixa e equivalente de caixa, no valor de R\$ 254.314,12 (duzentos e cinquenta e quatro mil, trezentos e quatorze reais e doze centavos) e pelos materiais de consumo constante em estoque, valorados em R\$ 412.945,99 (quatrocentos e doze mil, novecentos e quarenta e cinco reais e noventa e nove centavos). Já o Ativo não circulante evidencia o valor do imobilizado incorporado ao MPSE, o qual totaliza R\$ 121.770.686,45 (cento e vinte e um milhões, setecentos e setenta mil, seiscentos e oitenta e seis reais e quarenta e cinco centavos);
- Considerando os passivos relacionados às obrigações trabalhistas, com fornecedores e consignações em folha, os quais somam R\$ 9.336.005,05 (nove milhões, trezentos e trinta e seis mil, cinco reais e cinco centavos), no confronto entre itens ativos e passivos identificamos um Patrimônio Líquido de R\$ 113.101.941,51 (cento e treze milhões, cento e um mil, novecentos e quarenta e um reais e cinquenta e um centavos), composto pelo Patrimônio Social, no valor de R\$ 122.253.805,16 (cento e vinte e dois milhões, duzentos e cinquenta e três mil, oitocentos e cinco reais e dezesseis centavos) e pelo déficit patrimonial do exercício de R\$ 9.151.863,65 (nove milhões, cento e cinquenta e um mil, oitocentos e sessenta e três reais e sessenta e cinco centavos).
- O ativos e passivos financeiros e permanentes, as contas de compensações e o demonstrativo de superávit/déficit financeiro, apurado no Balanço Patrimonial, foram devidamente apresentados nos autos.

### **3- DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS:**

A Demonstração de Variações Patrimoniais da Unidade Orçamentária em referência evidencia as

9 Instruções de Procedimentos Contábeis 04.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE**  
**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**  
**DIVISÃO DE CONTROLE INTERNO**

alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, as quais resultam em um déficit patrimonial de R\$ 9.151.863,65 (nove milhões, cento e cinquenta e um mil, oitocentos e sessenta e três reais e sessenta e cinco centavos) no exercício do 2015.

#### **4- DA DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA:**

A Demonstração de Fluxo de Caixa do FEMP foi levantada pelo método direto, sendo:

- O fluxo de caixa das operações representado pelos ingressos decorrentes de receitas originárias e derivadas, transferências correntes recebidas e de outros ingressos operacionais, bem como pelos desembolsos relacionados com fluxo que não se qualifica como de investimento ou financiamento, totalizando R\$ 263.540,57 (duzentos e sessenta e três mil, quinhentos e quarenta reais e cinquenta e sete centavos);
- O fluxo de caixa dos investimentos representado pelos desembolsos para aquisição de ativo não circulante no valor de R\$ 114.778,91 (cento e quatorze mil, setecentos e setenta e oito reais e noventa e um centavos)
- O fluxo de caixa dos financiamentos inclui os recursos relacionados à captação e à amortização de empréstimos e financiamentos, o qual não teve movimentação no período.

#### **5- DO SUPRIMENTO DE FUNDOS:**

Foram concedidos, a título de Suprimento de Fundos, 05 (cinco) adiantamentos, cujo somatório perfaz a quantia de R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais), assim distribuídos no período:

- Adiantamento concedido em janeiro de 2015, à servidora *Léa Gomes de Andrade*, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), sendo R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) relativos a material de consumo e R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) referentes a serviços de terceiros pessoa jurídica, sendo devidamente aplicado e comprovado. (COMPROVAÇÃO: Maio de 2015);
- Adiantamento concedido, em maio de 2015, à servidora *Léa Gomes de Andrade* no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), sendo R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) relativos a material de consumo e R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) referentes a serviços de terceiros pessoa jurídica, sendo devidamente aplicado e comprovado. (COMPROVAÇÃO: Agosto de 2015.);
- Adiantamento concedido, em maio de 2015, ao servidor *Ulisses Gomes de Andrade*, no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), sendo R\$ 500,00 (quinhentos reais) relativos a material de consumo e R\$ 500,00 (quinhentos reais) referentes a serviços de terceiros pessoa jurídica, sendo devidamente aplicado e comprovado. (COMPROVAÇÃO: Setembro de 2015);
- Adiantamento concedido, em agosto de 2015, à servidora *Léa Gomes de Andrade* no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), sendo R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) relativos a material de consumo e R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) referentes a serviços de terceiros pessoa jurídica,



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE**  
**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**  
**DIVISÃO DE CONTROLE INTERNO**

sendo devidamente aplicado e comprovado. (COMPROVAÇÃO: Dezembro de 2015.);

- Adiantamento concedido, em setembro de 2015, ao servidor *Ulisses Gomes de Andrade*, no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), sendo R\$ 500,00 (quinhentos reais) relativos a material de consumo e R\$ 500,00 (quinhentos reais) referentes a serviços de terceiros pessoa jurídica, sendo devidamente aplicado e comprovado. COMPROVAÇÃO: Dezembro de 2015).

#### **6- DAS LICITAÇÕES, DOS CONTRATOS E DOS CONVÊNIOS<sup>10</sup>:**

Foram concluídos, no período em análise **20 (vinte) Pregões Presenciais, 01 (um) Pregão Eletrônico, 01 (uma) Tomada de Preço e 01 (uma) Adesão a Ata de Registro de Preços.**

Entre as contratações firmadas e vigentes no ano, foi verificada a existência de **52 (cinquenta e dois) contratos e 03 (três) convênios**, os quais tiveram suas execuções acompanhadas pela Gestão de Contratos desta instituição quanto aos seus aspectos operacionais, financeiros e administrativos.

#### **7- DAS DISPENSAS DE LICITAÇÃO:**

As dispensas de licitação do período foram devidamente instruídas e justificadas na forma do art. 24 da Lei nº 8.666/93, sendo distribuídas da seguinte forma, desconsiderando-se aquelas fulcradas nos incisos I e II:

- 01 (uma) dispensa fundamentada no inciso IV;
- 02 (duas) dispensas fundamentadas no inciso VIII; e
- 01 (uma) dispensa fundamentada no inciso XXII.

#### **8- DAS INEXIGIBILIDADES:**

Foram realizadas 09 (nove) contratações por inexigibilidade no período em referência, devidamente instruídas e justificadas na forma do art. 25 da Lei nº 8.666/93, sendo 02 (duas) fundamentadas no inciso I e as 07 (sete) restantes no inciso II c/c o art. 13, inciso VI.

#### **9- DO PATRIMÔNIO:**

Quanto à gestão de patrimônio do MP/SE, houve, no período, a realização de 04 (quatro) alienações, as quais totalizaram R\$ 51.712,93 (cinquenta e um mil, setecentos e doze reais e noventa e três centavos), a saber:

- **Doação 01/2015:**

---

<sup>10</sup> Todos os procedimentos licitatórios foram devidamente submetidos à análise da Assessoria Jurídica do MP/SE, sendo também analisados pela Divisão de Controle Interno, quando provocada.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE**  
**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**  
**DIVISÃO DE CONTROLE INTERNO**

- **Recebedor:** Associação Comunitária de Mulheres Trabalhadoras em Reciclagem – MATER.
- **Objeto:** 02 (duas) impressoras HO Laserjet 1018 MONO.
- **Responsáveis pela Avaliação:** Maylane Menezes Lima Oliveira, Coordenadora da Divisão de Suporte – DTI, e Lissandro Patricius Gois Santos, Coordenador da Divisão de Infraestrutura.
- **Publicação:** Edição nº 27.217, de 20 de maio de 2015, do Diário Oficial do Estado de Sergipe.

• **Doação 02/2015:**

- **Recebedor:** Secretaria de Estado da Cultura.
- **Objeto:** 32 (trinta e dois) bens, entre armários, mesas, cadeiras, poltronas e arquivos de aço considerados ociosos.
- **Comissão de Avaliação:** Instituída pela Portaria MP/SE nº 610/2014.
- **Publicação:** Edição nº 27.257, de 21 de julho de 2015, do Diário Oficial do Estado de Sergipe.

Os documentos constantes nos autos, relacionados às supracitadas doações, foram devidamente apresentados, estando todos os processos instruídos com os elementos mínimos necessários para a realização das alienações. São eles:

- 1) *Requerimento formal do ente público interessado;*
- 2) *Atestado do órgão ao qual o bem está vinculado de que o bem é inservível para o Ministério Público;*
- 3) *Justificativa contendo a motivação e demonstração do interesse social;*
- 4) *Parecer jurídico;*
- 5) *Identificação, especificação, quantidade e valor estimado do bem objeto de doação;*
- 6) *Laudo técnico de avaliação dos bens;*
- 7) *Termo de Doação e Termo de baixa;*
- 8) *Publicação em Diário Oficial.*

• Dentre as alienações, houve ainda a venda da *motocicleta marca Honda, modelo CG 125 FAN, ano 2005, modelo 2005, chassi nº 9C2JC30705R009387, motor JC30E75009387, sob registro de nº 6371*, realizada através do I Leilão Público de 2015 promovido pela Superintendência de Gestão de Patrimônio da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, sendo arrematado no valor de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais). O processo de leilão atendeu a todos os requisitos exigidos e foi regularmente instruído, conforme os documentos juntados aos autos, a saber: Portaria nº 2.361/15 que instituiu comissão para acompanhamento e reavaliação prévia de veículos para leilão; Laudo de Avaliação em que consta a avaliação do bem em destaque; Ofício nº 732/2015-GPGJ da lavra do Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça solicitando autorização do Secretário do Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão para inclusão dos bens inservíveis do MPSE no próximo leilão; parecer da Procuradoria-Geral do Estado acerca da regularidade do Leilão; extrato do edital; publicação



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE**  
**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**  
**DIVISÃO DE CONTROLE INTERNO**

do resultado do leilão; comprovante de depósito pelo arrematante; e termo de baixa correspondente.

- Foi dado baixa, ainda, do veículo *Fiat Palio Essence 1.6, chassi 9BD17177EB5773390, motor interno 310A5011\*2143955, sob registro de nº 11286*, em razão da perda total do veículo ocasionada por acidente no Município de Itaporanga D'Ajuda/SE, conforme documentos acostados aos autos. Integram o respectivo procedimento: o Boletim de Acidente de Trânsito da Polícia Rodoviária Federal a respeito do aludido acidente; Orçamento da seguradora acerca do conserto do veículo e concluindo pela perda total do veículo; Ofício nº 311/2014 – Ref.: DAA/PGJ informando sobre a instauração de sindicância para apurar a possível responsabilidade administrativa pelo ocorrido; *e-mail* com o comprovante de pagamento, pela seguradora, da indenização; Termo de Responsabilidade nº 50/2011; Nota de Empenho nº 2011NE000519; nota fiscal do veículo; e Termo de Baixa correspondente.

- De acordo com o demonstrativo acostado no processo de prestação de contas, os bens adquiridos no exercício totalizaram o valor de R\$ 75.392,01 (setenta e cinco mil, trezentos e noventa e dois reais e um centavo), sendo lavrados termos de responsabilidade para todos os bens.

#### **10- DO ALMOXARIFADO:**

- O método de avaliação de estoque utilizado pelo MP/SE é o PEPS (Primeiro que entra, primeiro que sai);
- O almoxarifado possui bom controle e armazenamento adequado, apresentando os seguintes valores em 31 de dezembro de 2015:

<b>SALDO ANTERIOR</b>	<b>ENTRADAS</b>	<b>SAÍDAS</b>	<b>SALDO FINAL</b>
R\$ 399.165,21	R\$ 462.222,96	R\$ 448.442,18	<b>R\$ 412.945,99</b>

#### **11- DOS SALDOS BANCÁRIOS:**

O Demonstrativo dos saldos bancários, em 31 de dezembro de 2015, apresenta o saldo de R\$ 254.314,12 (duzentos e cinquenta e quatro mil, trezentos e quatorze reais e doze centavos), o qual foi devidamente conciliado com os extratos constantes nos autos e com o saldo do Razão.

#### **12- CONCLUSÃO:**

Diante do exposto, opinamos pela aprovação da prestação de contas do Ministério Público do Estado de Sergipe, relacionada ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2015, pois os documentos ali



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE**  
**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**  
**DIVISÃO DE CONTROLE INTERNO**

acostados estão em conformidade com as Leis nº 4.320/64<sup>11</sup> e 101/00<sup>12</sup>, e representam, de forma adequada, a posição orçamentária, financeira, operacional e patrimonial da unidade, de acordo com os princípios da contabilidade e demais legislações pertinentes.

**ALBERTO RODRIGUES C. DA SILVA**  
Coordenador da Divisão de Controle Interno

**VICTOR JOSÉ P. R. S. ALMEIDA**  
Técnico do Ministério Público

---

11 Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

12 Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.